



São Paulo 27 de julho de 2023.

AO DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

LUIZ INACIO LULA DA SILVA
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Desde 1985, a Associação Brasileira de Mulheres das Carreiras Jurídicas- ABMCJ, atua através de ações direcionadas na defesa e do empoderamento das mulheres de carreiras jurídicas, na luta pela igualdade de gênero e demais temáticas relevantes ao desenvolvimento da mulher como ser humano. A ABMCJ é membro integrante da Fédération International des Femmes des Carrières Juridiques- FIFCJ, fundada em Paris em 1928, com o objetivo de lutar pela erradicação de todas as formas de erradicação contra as mulheres e promover os direitos humanos. Possui status consultivo na ONU desde 1961 e colabora com a UNESCO, FAO, ECOSOC e OIT.

Dentro dessa dimensão, Senhor Presidente, a ABMCJ e o IUB – Instituto Unidos Brasil, tem a honra de **apresentar a Vossa Excelência a Dra. Amini Haddad Campos, 49 anos de idade, magistrada de carreira do Poder Judiciário há mais de 24 anos (Juíza do TJMT), além de professora efetiva (concursada) da Universidade Federal de Mato Grosso.**

A juíza se destaca, há mais de 30 anos, na pasta de Direitos Humanos de Mulheres e Meninas em todo o mundo, tendo atuado no alcance de projetos sociais e amparos humanitários¹, entre tantos outros, o exemplo da concessão de visto humanitário às pessoas perseguidas pelo Talibã (Sistema de Justiça do Afeganistão).²

¹ Dados oficiais em: <http://www.tjmt.jus.br/Noticias/34076#.ZBYCZHbMJnl>.
Outros: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/25/seminario-destaca-prevencao-e-uso-de-tecnologias-na-protecao-as-mulheres>;
<https://www.compromissoeatitude.org.br/tag/amini-haddad-campos/>;
<https://www.camara.leg.br/noticias/596253-DEBATEDORAS-DEFENDEM-NOVOS-INSTRUMENTOS-DE-PROTECAO-DA-MULHER,-ALEM-DE-LEI-MARIA-DA-PENHA>

² Dados: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/31/juizas-brasileiras-organizam-grupo-para-tentar-resgatar-juizas-afegas.ghtml>, Outros: <https://www.enfam.jus.br/inscricoes-abertas-para-o-webinario-genero-e-direitos-humanos-das-mulheres/>.
<http://www.tjmt.jus.br/noticias/41784#.ZBYI-3bMJnl>

Foi uma das personagens na construção da Lei Maria da Pena e a primeira magistrada do Brasil, de todo o Poder Judiciário brasileiro, com atuação no Combate à Violência Doméstica e Familiar (1ª Vara brasileira à aplicação da Lei Maria da Pena).

A Dra. Amini Haddad é Coordenadora Nacional do Movimento Global Virada Feminina, onde atua no desenvolvimento de projetos em benefício social à política pró-equidade. De igual forma, participa de várias outras agremiações de mulheres como líder de movimento à participação feminina nas cúpulas (*International Association of WomenJudges-IAWJ*; Associação Brasileira de Juízas; Grupo Mulheres do Brasil; Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica; Observatório da Mulher na Política da Câmara Federal; Academia Internacional de Cultura; Amigas-DF, dentre outras associações e movimentos da sociedade civil).





Não bastasse o seu compromisso social incansável e sua atenção dedicada aos projetos de inclusão junto às comunidades, para superação das vulnerabilidades sociais, a Juíza também tem largos e consolidados trabalhos acadêmicos, com centenas de artigos e dezenas de livros jurídicos.

É Pós-Doutora em Direitos Humanos Sociais e Ações Coletivas pela *Universidad Salamanca*, na Espanha; detém 2 (dois) Doutorados, um deles em Processo Civil e Efetividade do Direito, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (laureada com a nota máxima: 10); o outro pela *Universidad Católica de Santa Fe-UCSF/AR* (com nota máxima e distinção: 10), além de mestrado em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC/RJ; Possui um MBA em Poder Judiciário, pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, com estágio/intercâmbio nas Cortes Americanas, além de outras especializações no âmbito do Direito (Tributário, Administrativo, Penal, Processo Penal e Civil). Graduou-se com a primeira colocação da Universidade Federal de Mato Grosso, o que lhe rendeu a láurea universitária.

Seu currículo pode ser consultado nos meios oficiais: **CV:** <http://lattes.cnpq.br/4301365834354786>. A Juíza Amini Haddad também atua como Professora em diversas Escolas Superiores da Magistratura e do Ministério Público³. **A sua dedicada trajetória, admirável, nos faz insistir em sua indicação ao Supremo Tribunal Federal** por ser esta uma medida de justiça, pela qualidade de sua atuação como magistrada, sua destemida atuação social na luta pela equidade (inclusive no debate para impedir o trâmite do Estatuto do Nascituro que obriga a gestação mesmo nos casos de estupro), por sua rica contribuição à academia e nas reflexões jurídicas (é coordenadora de pesquisa na UFMT), além de ser redatora de inúmeros projetos de lei já apresentados à equidade entre mulheres e homens.

³ Dadis: <https://www.compromissoeatitude.org.br/tag/amini-haddad/>

Contudo, **infelizmente, no anterior governo, nas duas oportunidades, o Presidente à época (Jair Bolsonaro), indicou apenas homens.** A entrevista com a Magistrada pode ser lida no correio brasiliense⁴. Apesar da anterior gestão apresentar, ao que tudo indica, resistência ao nome de mulheres à cúpula do Judiciário, a Magistrada angariou muitos adeptos, inclusive com o peso do apoio de personalidades fortes no âmbito nacional e regional, a exemplo da Deputada Rosa Neide (PT).⁵

Continuamos na defesa de seu nome, por acreditarmos e creditarmos à juíza Dra. Amini Haddad uma história de vida dedicada admirável, que orgulha todas nós do movimento de mulheres. É exemplo incansável no combate às vulnerabilidades sociais, auxiliando vidas, ao longo de seus 30 anos de atividade pública. Isso pode ser consultado em todos os informes públicos.



Atualmente, é Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, na gestão da Ministra Rosa Weber, assumindo diversas pautas, a exemplo de auxiliar na política de combate à violência contra mulheres (Portaria n. 377/2022), sem prejuízo das ações procedimentais e processuais de diversas pastas que atuam para o acesso à justiça (pessoas com deficiência, justiça restaurativa, demandas de saúde, precedentes judiciais, pessoas em situação de rua, primeira infância, observatório de direitos humanos do CNJ, dentre outros), incluindo a representação internacional junto à Organização das Nações Unidas – ONU, referente a iniciativa do projeto de inteligência artificial *Spotlight* (inteligência artificial no controle judicial para equidade, com aplicação de um protocolo para julgamento com perspectiva de gênero), sendo uma das palestrantes (ONU/Nova York), ao lado da Secretária de Articulação Institucional Carmen Foro (Ministério das Mulheres do Brasil/Executivo) e com

a Deputada Federal, Luiziane Lins (Legislativo brasileiro). **É público que tem feito história em todas as gestões ao longo de sua vida, inclusive apresentando projetos no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Essa diretriz e seriedade lhe rendem diversas premiações nacionais e internacionais**⁶.

⁴ Dados: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4936649-candidata-ao-stf-defende-maior-participacao-das-mulheres-nas-instituicoes.html>

⁵ Dados: <https://www.obomdanoticia.com.br/politica/deputada-rosa-neide-indica-amini-haddad-para-o-cargo-de-ministra-do-stf/126648>. Outros: <https://pt.org.br/comissao-de-educacao-debatera-instrumentos-de-protecao-a-mulher/>

⁶ Dados em: <https://www.tjmt.jus.br/noticias/46018#.ZBYT03bMJnl>.

Além dessa atuação comprometida com a superação das vulnerabilidades, a indicada é autora de 17 obras jurídicas, sem prejuízo de sua atividade literária, visto que também é membro da Academia Mato-grossense de Letras (cadeira 39) e da Academia Jurídica, onde se faz membro vitalício, na cadeira n. 44 (patrono Cançado Trindade, Academia Brasileira de Direito). A Juíza é também membro da Associação Internacional de Juízas e Associada Fundadora da Associação Brasileira de Juízas, onde se insere como responsável por diversas capacitações.

Filha de descendentes de sírio-libaneses com alemães (lado paterno) e de etnia indígena com portugueses (lado materno), a magistrada tem contribuído para a temática do multiculturalismo, com destaque no enfrentamento das culturas de viés excludente (discriminatórias). Nesse sentido, é importante destacar o seu livro “*Derechos Humanos, Multiculturalismo e Violencia de Género contra las Mujeres*”, publicado em Espanhol, na Europa, pela Juruá Editorial (2021).

Destacamos que a atuação da Dra. Amini Haddad Campos como magistrada do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e como juíza auxiliar da Ministra Presidente do STF e do CNJ, a Excelentíssima Ministra Rosa Weber, sempre foi pautada na melhor técnica jurídica, de maneira imparcial e com extremo respeito e propósito a Constituição Federal.

Inclusive, em todas as atividades como representante do Poder Judiciário brasileiro, tanto em sua atuação nacional, como em representação internacional, perante a Organização das Nações Unidas e em inúmeros congressos e palestra internacionais, conquistou respeitabilidade pelo seu notório conhecimento jurídico e postura ímpar magistrada e membro do Poder Judiciário Brasileiro.



Por isso, estimado Presidente Luiz Inacio Lula da Silva, é com esperança que reiteramos nosso apoio à Magistrada Dra. Amini Haddad Campos, ao Supremo Tribunal Federal, por sua lúcida história social em benefício dos Direitos Humanos.

Por sermos conhecedoras de seu compromisso com os movimentos sociais, encaminhamos o presente, em ação oficial, para apreciação de Vossa Excelência.

Estaremos à disposição para uma audiência oficial ao gabinete da Presidência da República Federativa do Brasil.

Com esperança, firmamos o presente

Atenciosamente,



Nabil Sahyoun
Presidente IUB

